

Repartição de Competências

Aluno(a): _____ R.A. _____
Aluno(a): _____ R.A. _____
Aluno(a): _____ R.A. _____
Aluno(a): _____ R.A. _____

Instruções para os alunos:

1. Observe a coluna da esquerda, correspondente aos incisos da Constituição (cf. artigo apontado);
2. Faça a leitura do inciso em exame.
3. Procure uma manchete de notícia, um fato histórico ou um dado que se relacione com o assunto tratado neste inciso.
4. Transcreva-a (copie e cole, formatando) na coluna da direita;
5. Repita o processo, para cada um dos artigos em destaque;

BOM TRABALHO!

→ COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA

EXCLUSIVA

“É aquela na qual cada ente federativo têm (*sic!*) seu campo de atuação próprio, excludente da atuação de qualquer outra entidade. Assim, têm-se (*sic!*): 1º PODERES ENUMERADOS (PARA A União e para os Municípios); 2º poderes reservados (para os Estados...)” (TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 749)

EXCLUSIVA DA UNIÃO (Art. 21)	
I.	
II.	
III.	
IV.	
V.	
VI.	
VII.	
VIII.	
IX.	
X.	

XI.	
XII.	
XIII.	
XIV.	
XV.	
XVI.	
XVII.	
XVIII.	
XIX.	
XX.	
XXI.	
XXII.	
XXIII.	
XXIV.	
a)	
b)	
c)	
XXV.	

 DOS MUNICÍPIOS (Art. 30)

I	<i>Aqui a competência é legislativa, apenas. Não precisa preencher.</i>
II	<i>Aqui a competência é legislativa, apenas. Não precisa preencher.</i>
III	
IV	
V	
VI	
VII	
VIII	
IX	

→ COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA

C O M U M

“É aquela pela qual todos os entes federativos detêm, concomitantemente, idêntica competência. A atuação, portanto, não é exclusiva [...] As competências comuns são cumulativas, paralelas, simultâneas (da União, Estados, D.F. e Municípios)”. (TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 750)

 DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E <u>MUNICÍPIOS</u> (Art. 23) 	
I.	
II.	
III.	
IV.	
V.	
VI.	
VII.	
VIII.	
IX.	
X.	
XI.	
XII.	

Repartição de Competências

BOM TRABALHO!

→ COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS

PRIVATIVAS DA UNIÃO

“[...] Quando se quer atribuir competência própria a uma entidade ou a um órgão com possibilidade de delegação de tudo ou de parte, declara-se que compete privativamente a ele a matéria indicada. Assim, no artigo 22 se deu competência privativa (não exclusiva) à União para legislar sobre: ..., porque o parágrafo punico faculta à lei complementar autorizar aos Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas nesse artigo.” (SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 1989: 413, n.r.5)

Instruções para os alunos:

Seu trabalho consiste em preencher as células da coluna “A” do seguinte modo:

1. Leia os incisos do artigo 22 da CR/88;
2. Após, compare os assuntos da coluna “C”, com esses incisos que acabou de ler;
3. Posteriormente, preencha a coluna “A”, conforme a matéria abordada em um dos incisos (existe um para cada);
4. Repita o processo, para cada uma das normas em destaque;

📄 DA UNIÃO (Art. 21) 📄		
A	B	C
	DEC-004265 DE 15/01/1921	REGULA A PROPRIEDADE E A EXPLORAÇÃO DAS MINAS
	DEC-24643/1934	DECRETA O CÓDIGO DE ÁGUAS.
	DEC.-LEI 3365/41	DISPÕE SOBRE DESAPROPRIAÇÕES POR UTILIDADE PÚBLICA
	DECRETO-LEI 5452/43	APROVA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.
	LEI-1876/1953	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR, PELO MINISTERIO DA FAZENDA, O CREDITO ESPECIAL DE CR\$ 843.146,10, PARA ATENDER AO PAGAMENTO DE REQUISIÇÕES MILITARES FEITAS PELA EXTINTA COMISSÃO CENTRAL DE REQUISIÇÕES
	LEI-004563 DE 11/12/1964	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	DEL-000064 DE 21/11/1966	DISPÕE SOBRE SORTEIOS PARA FINANCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS, RELIGIOSOS, FILANTROPICOS E EDUCATIVOS.
	DEL-000462 DE 11/02/1969	ESTABELECE NORMAS PARA RESGUARDO DA POUPANÇA POPULAR.
	DEC-066862 DE 08/07/1970	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLICIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES (R-200).
	LEI 6.001/1973	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO
	LEI-006015 DE 31/12/1973	DISPÕE SOBRE OS REGISTROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEI-006183 DE 11/12/1974	DISPÕE SOBRE OS SISTEMAS ESTATISTICO E CARTOGRAFICO NACIONAIS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	DEC-076403 DE 08/10/1975	CRIA O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE) E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LEI-006538 DE 22/06/1978	DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS POSTAIS

	LEI-006815 DE 19/08/1980	DEFINE A SITUAÇÃO JURIDICA DO ESTRANGEIRO NO BRASIL, CRIA O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	DEL-001982 DE 28/12/1982	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES NUCLEARES INCLUIDAS NO MONOPOLIO DA UNIÃO, O CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS NO CAMPO DA ENERGIA NUCLEAR, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LEI-007944 DE 20/12/1989	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LEI-008212 DE 24/07/1991	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL, INSTITUI PLANO DE CUSTEIO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LEI-008630 DE 25/02/1993	DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DA EXPLORAÇÃO DOS PORTOS ORGANIZADOS E DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LCP-000075 DE 20/05/1993	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, AS ATRIBUIÇÕES E O ESTATUTO DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO.
	LEI-008666 DE 21/06/1993	REGULAMENTA O ARTIGO 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LEI-009069 DE 29/06/1995	DISPÕE SOBRE O PLANO REAL, O SISTEMA MONETARIO NACIONAL, ESTABELECE AS REGRAS E CONDIÇÕES DE EMISSÃO DO REAL E OS CRITERIOS PARA CONVERSÃO DAS OBRIGAÇÕES PARA O REAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS
	DEC-001759 DE 26/12/1995	APROVA O REGULAMENTO DO COMANDO DE DEFESA AEROESPACIAL BRASILEIRO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LEI-009394 DE 20/12/1996	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.
	LEI-009294 DE 15/07/1996	DISPÕE SOBRE AS RESTRIÇÕES AO USO E A PROPAGANDA DE PRODUTOS FUMIGEROS, BÉBIDAS ALCOOLICAS, MEDICAMENTOS, TERAPIAS E DEFENSIVOS AGRICOLAS, NOS TERMOS DO PARAGRAFO 4 DO ARTIGO 220 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
	LEI-009474 DE 22/07/1997	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS DE 1951, E DETERMINA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LEI-009503 DE 23/09/1997	INSTITUI O CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO.
	LEI-009654 DE 02/06/1998	CRIA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS
	LEI 10.184/01	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO VINCULADO A EXPORTAÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS NACIONAIS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LEI 10.406/2002	INSTITUI O CODIGO CIVIL.

→COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS

EXCLUSIVAS DOS MUNICÍPIOS

“São aquelas expressamente previstas no texto constitucional, impedindo que outros entes atuem nesta seara, pois o Município terá prevalência. Como regra, estão no art. 30 do texto, em alguns de seus incisos”

Instruções para os alunos:

1. Observe a coluna da esquerda, correspondente aos incisos da Constituição (cf. artigo apontado);
2. Faça a leitura do inciso em exame.
3. Procure uma manchete de notícia, um fato histórico ou um dado que se relacione com o assunto tratado neste inciso.
4. Transcreva-a (copie e cole, formatando) na coluna da direita;
5. Repita o processo, para cada um dos artigos em destaque;

📖 DOS MUNICÍPIOS (Art. 30) 📖	
I	
II	
III	
IV	
V	
VI	
VII	
VIII	
IX	